

Guia de Compatibilidade de Ferramentas 2005

INSTITUTO
ETHOS

Patrocinadores

Abradee

A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee, com apoio da Fipe, concede anualmente para suas associadas, desde 1999, o Prêmio Abradee. A partir da versão 2000, passou a ser concedido o Prêmio Abradee de Responsabilidade Social, para o qual contamos com o apoio do Instituto Ethos, mediante a utilização, em caráter pioneiro no país, dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial.

Chesf

A Chesf decidiu patrocinar as Ferramentas de Gestão Ethos 2005 por entendê-las como instrumentos importantes de aprendizagem e de avaliação da gestão, considerando os interesses de todos os públicos com os quais se relaciona. A Empresa, maior geradora de energia elétrica do país, tem a responsabilidade social incorporada na sua missão e sente-se orgulhosa em estar contribuindo, há mais de 50 anos, para o desenvolvimento do Nordeste.

A Chesf está utilizando as ferramentas de gestão Ethos para verificar a conformidade das suas práticas com a sustentabilidade econômica, social e ambiental, e tem atuado para que seus públicos de relacionamento também incorporem os conceitos de responsabilidade social empresarial nas suas decisões.

CPFL

Ao patrocinar o kit Ferramentas de Gestão, que traz um novo instrumento de diagnóstico para verificar a conformidade dos planos, políticas e práticas das empresas aos princípios do Global Compact, a CPFL reafirma o seu compromisso de contribuir para que as empresas possam, como é de sua cultura, ligar de forma pragmática seus interesses aos interesses da sociedade. E reafirma o seu entendimento de que só é possível construir sustentabilidade se o compromisso de todos, nesse sentido, for legítimo.

Natura

As ferramentas de gestão Ethos são instrumentos valiosos para que empresas avaliem sua gestão sob o ponto de vista dos públicos com os quais se relaciona. Na Natura, eles têm sido úteis para provocar importantes discussões internas e para estruturação de planos de ação. O Banco de Práticas e o Localizador são fontes importantes para conhecer melhores práticas empresariais, além das ferramentas de gestão, fundamental às empresas que desejam aplicar princípios do desenvolvimento sustentável.

Petrobras

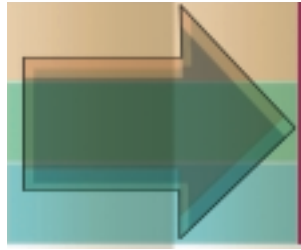
A Petrobras patrocina o Kit Ferramentas de Gestão, desenvolvido pelo Instituto Ethos, com o propósito de consolidar anualmente o compromisso por uma gestão empresarial socialmente responsável. A Companhia aceita o desafio de estimular as corporações a atuarem em responsabilidade social e ambiental, por meio da formação de parcerias que possibilitem a construção de uma sociedade mais justa. Associada à excelência em suas operações de produção e refino de óleo e gás, a Petrobras dedica o mesmo empenho a suas ações nas áreas social e ambiental, com o objetivo de promover o desenvolvimento com cidadania.

Ripasa

A Ripasa S/A Celulose e Papel reconhece que atitudes positivas em relação às comunidades com as quais interage fortalece cada vez mais sua missão que está alicerçada em valores como ética, respeito e parceria. Participar com o Instituto Ethos desta publicação revela que todos podemos desempenhar papéis qualificados e comprometidos, disseminando uma cultura de auto-avaliação e aprendizagem para conquista de práticas consistentes.

SESI

O Sesi Santa Catarina defende que, ao apoiar as Ferramentas de Gestão do Instituto Ethos, contribui para a disseminação e a promoção de práticas e valores indispensáveis ao desenvolvimento sustentável. Atuando como fornecedor de serviços sociais à Indústria, o Sesi conscientiza as empresas sobre a importância da responsabilidade social para a manutenção dos negócios e desenvolve programas para viabilizar seu exercício social, dentro de suas necessidades. Foi também com base nas Ferramentas de Gestão do Instituto Ethos que o Sesi SC desenvolveu seu programa interno de Gestão Socialmente Responsável, em vigor desde 2002.



Guia de Compatibilidade de Ferramentas

2005

Guia de Compatibilidade de Ferramentas

é uma publicação do Instituto Ethos, distribuída gratuitamente aos seus associados.

Realização

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social /UniEthos – Educação para a Responsabilidade Social e o Desenvolvimento Sustentável
Rua Francisco Leitão, 469, 14º andar, conj. 1407, 05414-020, São Paulo, SP
Tel.: (11) 3897-2400 / Fax: (11) 3897-2424
Site: www.ethos.org.br

Consultoria Técnica

Homero Santos (Fractalís — Renovação Empresarial)

Patrocínio

Associação Brasileira de Distribuidores de Energia (Abradee), CPFL Energia, Chesf, Natura, Petrobrás, Sesi SC e Ripasa

Apoio

The William and Flora Hewlett Foundation e Inter-American Foundation (IAF)

Texto

Juliana Almeida

Colaboradores do Instituto Ethos

Karina Bidermann Forlenza (captação de patrocínio), Paulo Itacarambi

Colaboradores do UniEthos

Ana Lucia Custodio, Fernando Pachi, Gláucia Térreo, Renato Moya e Tarcila Reis Ursini

Projeto e produção gráfica

Waldemar Zaidler (Planeta Terra Design)

Impressão

Margraf Editora e Indústria Gráfica Ltda.

Tiragem: 10.000 exemplares

São Paulo, junho de 2005.



Impresso em papel couché Image Mate 240 g/m² (capa) e papel couché Image Mate 105 g/m² (miolo),
fabricados pela Ripasa S/A Celulose e Papel, em harmonia com o meio ambiente.

Permitida a reprodução dessa publicação, desde que previamente autorizada, por escrito, pelo Instituto Ethos.

Esclarecimentos importantes sobre as atividades do Instituto Ethos

1. O trabalho de orientação às empresas é voluntário, sem nenhuma cobrança ou remuneração.
2. Não fazemos consultoria e não credenciamos nem autorizamos profissionais a oferecer qualquer tipo de serviço em nosso nome.
3. Não somos entidade certificadora de responsabilidade social nem fornecemos “selo” com essa função.
4. Não permitimos que nenhuma entidade ou empresa (associada ou não) utilize a logomarca do Instituto Ethos sem o nosso consentimento prévio e expressa autorização por escrito.

Para esclarecer dúvidas ou nos consultar sobre as atividades do Instituto Ethos, contate-nos, por favor, pelo serviço “Fale Conosco”, do site www.ethos.org.br

Índice

Apresentação	7
O Guia de Compatibilidade	9
Entendendo as Ferramentas: a Agenda Positiva	11
Das guerras à sustentabilidade: uma trajetória evolutiva	12
Um percurso pelas Ferramentas	15
Declaração Universal dos Direitos Humanos	15
Agenda 21	15
Carta da Terra	16
Metas do Milênio	17
Projeto Sigma	18
Diretrizes do GRI	18
Pacto Global	19
Princípios de Governança Corporativa da OCDE	20
The Natural Step	21
Matriz Brasileira de Evidências de Sustentabilidade	22
SA 8000	23
AA 1000	23
Indicadores Ethos de RSE	24
Balanço Social Ibase	25
Balanço Social Ethos	25
Escala Akatu	26
Padrões ISO	26
Norma ABNT NBR 16001 – Responsabilidade Social – Sistema de Gestão – Requisitos	28
Critérios de Excelência do PNQ/Sociedade	28
Princípios do FSC	29
OHSAS 18001	29
Linha do tempo	30
Representação gráfica do Localizador de Ferramentas	32

Instâncias da Empresa

Organização iniciante:
paga impostos de natureza
social, ambiental e econômica

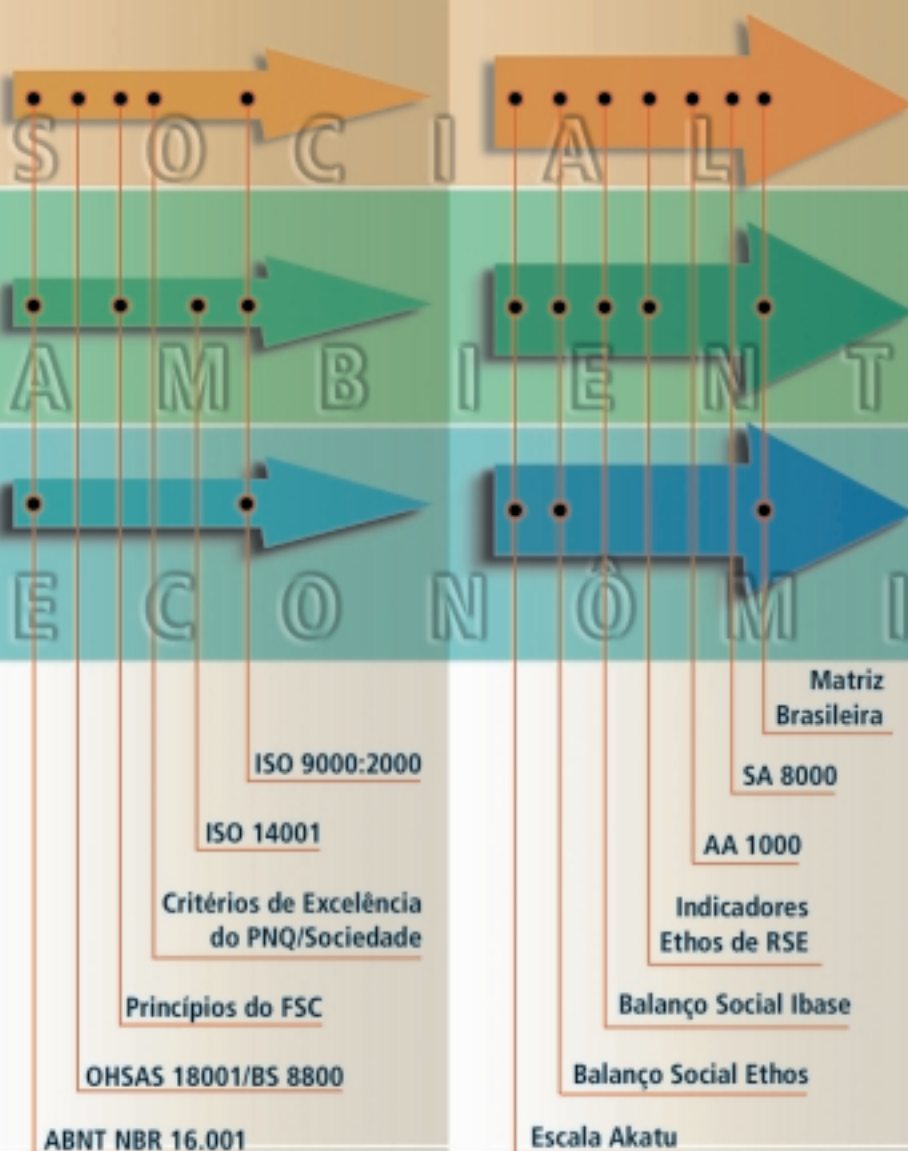
Estágio de Crescimento
Formalização de Sistemas
Conformidade Legal

Engajamento de Partes Interessadas
Responsabilidade Corporativa
Relatórios de Conformidade

Apoio ao início
do negócio

Inclui informação,
aconselhamento e
orientação sobre
Sustentabilidade e
Gestão Integrada

Contabilidade
Empresarial
(requisitos gerais)



Ferramentas

Governança e Estratégia

Consolidação da Gestão
Necessidades Básicas Atendidas
Comunidades Sustentáveis

O Caminho para
a Sustentabilidade

RUMO À INTEGRAÇÃO



The Natural Step

Princípios de Governança da OCDE

Pacto Global

Diretrizes do GRI

Projeto SIGMA
Integração das dimensões Social, Ambiental e Econômica

Sistemas e Modelos de Gestão

Convenções e Princípios Gerais
*Declaração dos Direitos Humanos
Agenda 21
Carta da Terra
Metas do Milênio*



Apresentação

Nos últimos anos, o movimento da responsabilidade social empresarial no Brasil, expresso em boa parte pela atuação do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, criou e adaptou para a realidade brasileira uma série de instrumentos que ajudam as empresas a trilharem o caminho da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentável, entendido este como integrador das dimensões econômicas, sociais e ambientais que cercam as atividades humanas.

Hoje, porém, o desafio é mostrar para as empresas que estas ferramentas são compatíveis com as várias instâncias da gestão e se aplicam individualmente a cada uma das dimensões da sustentabilidade. O objetivo desta publicação é correlacionar essas ferramentas às atividades das empresas oferecendo um diagrama de como podem ser usadas, de modo que, na interação com suas partes interessadas (*stakeholders*), elas possam orientar sua atuação em direção à sustentabilidade.

Destacamos o Projeto Sigma (www.projectsigma.com), iniciativa lançada em 1999, também com o objetivo de integração de ferramentas de gestão e na qual nos inspiramos. Outro trabalho na mesma direção é o Localizador de Ferramentas, ferramenta virtual disponível em www.ethos.org.br desde junho de 2002. Com estas iniciativas esperamos contribuir para uma melhor compreensão desses tópicos e oferecer aos gestores um guia para a escolha de ferramentas, todas elas reconhecidamente atualizadas e relevantes para a adoção da responsabilidade social nas organizações e de seu alinhamento aos princípios do desenvolvimento sustentável.



O Guia de Compatibilidade

No universo dos modelos e instrumentos que buscam conduzir à gestão responsável, encontram-se, num dos extremos, instrumentos como os padrões ISO, a AA 1000, a SA 8000, a OHSAS 18001 e os Princípios de Governança Corporativa da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Na outra ponta, estão princípios tão abrangentes e importantes quanto a Declaração dos Direitos Humanos, a Carta da Terra, o Protocolo de Quioto, a Declaração do Rio/Agenda 21 e as Metas do Milênio.

Com um leque de opções tão vasto, é natural que gestores de empresas fiquem inseguros sobre como devem atuar para contribuir na formação de um mundo melhor. São comuns os dilemas sobre como usar as Metas do Milênio ou a Agenda 21 na missão ou na visão de futuro da empresa. Na verdade, essas iniciativas visam dar um panorama do que está ocorrendo como impacto industrial e humano no planeta e apontar alguns caminhos para minimizá-lo. Porém, os conceitos não são diretamente aplicáveis ao cotidiano empresarial, diferentemente dos padrões e certificações, cujo objetivo é estabelecer procedimentos para sua correta implantação.

Ao seguir os passos para obter a ISO 14001, por exemplo, uma companhia encontrará soluções para descartar adequadamente os resíduos e, assim, cumprirá um dos princípios do The Natural Step, de não concentrar, na crosta terrestre, resíduos produzidos pela sociedade.

É importante ressaltar que não existe um único código ou padrão que por si levará as corporações à responsabilidade social e ao desenvolvimento sustentável. Cada companhia é um universo diferenciado, tem seus próprios desafios, sua cultura corporativa, diferentes partes interessadas e sistemas próprios de gerenciamento. Para cada estágio da vida empresarial há sempre um passo a mais que pode ser dado no sentido de tornar a organização sustentável. É um processo evolutivo, como pode ser observado no quadro a seguir, originalmente desenvolvido pelo Projeto Sigma e aqui retrabalhado pelo Instituto Ethos para contemplar instrumentos nacionais e internacionais de avaliação e conduta.

A proposta da Ferramenta de Compatibilidade Sigma é dar suporte à aplicação do Projeto Sigma por meio da identificação das ligações entre os sistemas de gerenciamento e referenciais já existentes. O objetivo é encorajar as organizações para trabalhar a partir do ponto em que se encontram hoje e não necessariamente para substituir ferramentas que já tenham sido implementadas.

Há uma série de padrões e orientações que as organizações podem usar para facilitar a implementação do Projeto Sigma. O mapa mostra quais as etapas existentes para que uma empresa alcance sua sustentabilidade, partindo de um sistema de contabilidade básico até chegar a uma fase de maturidade, em que a organização é capaz de gerenciar integradamente temas que tratam da sustentabilidade.

Nesse sentido foi criado em 2002 pelo Instituto Ethos o Localizador de Ferramentas. Trata-se de uma ferramenta virtual (disponível em www.ethos.org.br) que traz informações sobre uma grande série de ferramentas, iniciativas nacionais e internacionais e referências que se propõem a auxiliar os gestores na implementação da gestão socialmente responsável.

O Localizador de Ferramentas é um centro de informações onde os gestores podem obter informações sobre ferramentas ou iniciativas distribuídas nos sete temas dos Indicadores Ethos: Valores, Transparência e Governança; Público Interno; Meio Ambiente; Fornecedores; Consumidores e Clientes; Comunidade; Governo e Sociedade. Cada um destes temas é dividido nas seguintes perspectivas: Plano Corporativo; Plano Estratégico; Referências Gerais; e Plano Operacional, cada uma com conjunto de ferramentas e referências com notas explicativas sobre o papel de cada uma na gestão com o link para a respectiva home page.

No Guia de Compatibilidade, o Instituto Ethos procurou elaborar uma ferramenta com características semelhantes às do Projeto Sigma, na qual cada sistema de gerenciamento é dividido em três eixos – social, econômico e ambiental – para mostrar seu foco e abrangência. À medida que a sustentabilidade de uma organização cresce, mais integrados se tornam seus sistemas, o que pode ser observado conforme se avança em direção à direita no diagrama, em cujo extremo estão os princípios que funcionam como pano de fundo para todo o processo. Obviamente, algumas organizações conseguem trilhar esse caminho mais rapidamente, por isso um Guia como este pode ajudar uma empresa a localizar onde estão concentrados seus esforços e o que fazer para alcançar níveis mais elevados no processo.



Entendendo as Ferramentas: a Agenda Positiva

Ao longo dos séculos, indivíduos e organizações têm causado danos ao ambiente e desequilibrado sistemas ecológicos numa velocidade desproporcional à capacidade de regeneração da natureza para atender a um consumo crescente, seja devido à extração desordenada de recursos naturais, seja devido à geração de resíduos dos processos produtivos. Tudo isso ameaça seriamente os sistemas sociais e o bem-estar global. Se não houver uma conscientização de que fazemos parte de um sistema complexo e interdependente, o planeta poderá entrar em colapso.

Inúmeras lideranças mundiais e nacionais, empresariais e não-governamentais perceberam que é preciso equilibrar as necessidades ambientais, sociais, humanas e econômicas, caminhando para a sustentabilidade do sistema planetário. E passaram a trabalhar no sentido de melhorar as relações entre os diversos agentes. Assim, a agenda positiva pode ser entendida como o contraponto, a busca de uma solução para um estado de insustentabilidade percebida ora à frente de nossos olhos. Criar um futuro sustentável requer que governos, sociedade, organizações e indivíduos repensem como os recursos naturais são utilizados, como é a interação entre as diversas partes e quais as metas a serem atingidas. E como tudo isso afeta a justiça social e agrava a desigualdade entre nações e camadas da sociedade.

As organizações fazem parte desse sistema global cada vez mais complexo, tanto no que se refere às melhoras que podem ser feitas quanto ao tamanho dos estragos causados. O desenvolvimento sustentável coloca um desafio ao tradicional modo de pensar das organizações, já que a melhora de sua performance não depende apenas dos produtos vendidos, dos serviços prestados e do lucro auferido, mas também do impacto sobre o bem-estar humano e social e da manutenção do meio-ambiente, do qual a vida depende.

Acredita-se que, num futuro próximo, as organizações bem-sucedidas serão aquelas que estiverem comprometidas com a sustentabilidade nos seus diversos aspectos — social, ambiental e econômico — de maneira contínua e simultânea. A velocidade de transformação desse campo, entretanto, torna mais complexo para as empresas o entendimento de como atuar para alcançar os objetivos traçados. Para ajudar as companhias nessa tarefa, criou-se um guia que mostra as relações entre os diversos instrumentos e ferramentas e referências para a gestão.

A busca por um modelo que equilibre as relações de produção e consumo tenta ser um resgate da situação em que o mundo se encontra, com o aumento da violência, no campo e nas cidades, com a fome endêmica, a multiplicação de bolsões de miséria, a disseminação de doenças epidêmicas, a profusão de conflitos armados que trazem sérias conseqüências ambientais, com o uso de energia nuclear e os desafios da destinação de seu lixo. A grande pergunta que se coloca é: como podemos contornar isso? Grande parte das respostas leva a iniciativas que envolvem nações e procuram criar compromissos globais porque também ficou claro que iniciativas isoladas não resolverão problemas que tomaram dimensões planetárias.

Assim, diante de um futuro planetário incerto, governos, organizações não-governamentais e indivíduos começaram a estudar saídas para evitar um colapso mundial. Houve mobilizações nesse sentido. Só que as respostas foram tão variadas e provenientes de tantas fontes distintas que,

agora, o grande desafio consiste em organizar todas essas ferramentas de maneira a serem realmente úteis à sociedade. Do ponto de vista da gestão empresarial, é importante que se compreenda quais desses mecanismos e sistemas se aplicam direta e imediatamente ao mundo corporativo e quais deles são somente princípios orientadores, verdadeiros guias referenciais para um mundo melhor.



Das guerras à sustentabilidade: uma trajetória evolutiva

Antes da Primeira Guerra Mundial, quase não havia uma consciência transnacional, ou seja, não se pensava que as decisões de uma nação poderiam afetar significativamente o mundo todo. Assim, pode-se dizer que a criação da Liga das Nações, em 1920, com o objetivo de promover a cooperação, a paz e a segurança internacionais, foi um primeiro passo na direção de se pensar globalmente. Naquele momento, ficou claro que apenas leis nacionais não seriam mais suficientes para regular eventos que ultrapassavam as fronteiras de cada país. Aliado a isso, houve o desenvolvimento dos meios de comunicação e dos transportes. O trânsito de pessoas entre as diversas regiões do planeta aumentou, incrementando assim a relação entre os povos.

Os traumas humanos e ambientais causados pelas bombas nucleares lançadas na Segunda Grande Guerra nas cidades de Hiroshima e Nagasaki levaram o mundo novamente a pensar coletivamente em medidas para evitar a repetição de tragédias como essas. Como consequência dessa preocupação, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, e sua primeira grande manifestação foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. Foi a primeira proclamação internacional dos direitos básicos dos indivíduos: direitos políticos, econômicos e sociais.

Em meados de 1960, chefes de Estado, economistas, pedagogos, humanistas, empresários banqueiros, líderes políticos, cientistas, entre outros representantes de diversos países, passaram a se reunir em Roma para analisar a situação mundial e oferecer previsões e soluções para o futuro da humanidade.

A primeira reunião importante aconteceu em 1968, quando os membros chegaram à conclusão de que a condição do planeta estava seriamente abalada em função da grande demanda por matérias-primas e pela geração de resíduos da produção industrial. Ou seja, as atividades humanas estavam se tornando incompatíveis com a recuperação dos recursos naturais e, portanto, propuseram a diminuição da produção para reduzir os impactos ambientais. Esse grupo, com esse pensamento, deu origem ao Clube de Roma.

Por ser considerada na ocasião muito radical, a proposta do Clube de Roma não foi aceita mundialmente. No entanto, serviu de alerta para que o mundo começasse a se preocupar com a diminuição da qualidade de vida e os riscos oferecidos à saúde e à sobrevivência humana. O Clube de Roma produziu uma série de relatórios de grande impacto, entre eles *Os Limites do Crescimento*, publicado em 1972, um livro ainda tímido se comparado ao *Além dos Limites*, de 1992.

Diante do conteúdo das publicações do Clube de Roma, a ONU realizou, em junho de 1972 na Suécia, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, também conhecida como Conferência de Estocolmo. A reunião, com a presença de representantes de 110 países (nela presente o Brasil), foi um marco à medida que chamou a atenção do mundo para a gravidade da situação ambiental global. A partir dessa iniciativa, foi redigida a Declaração de Estocolmo, que introduziu pela primeira vez na agenda política internacional a dimensão ambiental como condicionadora e limitante do modelo tradicional de crescimento econômico e do uso dos recursos naturais. Foi a primeira vez que o conceito de sustentabilidade foi empregado, ainda que conotado com questões ambientais.

A década de 80 foi marcada no Brasil pela maior divulgação e disseminação de projetos sociais. Datam da época iniciativas como o prêmio ECO, instituído pela Câmara Americana de Comércio, e o início da publicação de balanços sociais no Brasil (o primeiro deles em 1984, feito por uma empresa de fertilizantes). Foi também um período marcado pelo acidente de Chernobyl, na cidade de Kiev (antiga União Soviética), em 1986, que matou imediatamente 30 pessoas, contaminou o solo, a água e o ar, e acendeu o alerta sobre o uso da tecnologia nuclear, mesmo para fins pacíficos, como a geração de energia.

Foi também nessa década, mais precisamente em 1987, que se formulou o conceito de Desenvolvimento Sustentável, que consta do Relatório Brundtland, produzido como súmula da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, promovida pela ONU, sobre o tema "Nosso Futuro Comum". O conceito, na sua origem, tem ampla abrangência, aplicando-se ao planeta Terra como um todo, associando à idéia de "desenvolvimento" à idéia de "meio ambiente", e postulando que se trata de um "desenvolvimento que busca atender as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades".

Mas foi nos anos 90 que os movimentos de sustentabilidade ganharam corpo, com o surgimento de diversas ferramentas para a gestão de empresas. Um marco significativo foi a criação do The Natural Step (TNS), movimento liderado pelo médico oncologista sueco Karl-Henrik Robèrt.

A década de 90 selou acordos consensuais importantes, como a Agenda 21, proposta na Reunião de Cúpula das Nações Unidas para o Meio Ambiente de 1992, realizada no Rio de Janeiro, mais popularmente conhecida como Rio-92. Essa foi a primeira reunião internacional de magnitude a se realizar após o fim da Guerra Fria. Outra iniciativa importante foi o Protocolo de Quioto, cujo texto foi publicado em dezembro de 1997, na Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, realizada no Japão. Ambas tiveram comprometimento de diversos países com um modelo sustentável, reforçando os conceitos estabelecidos na Conferência de Estocolmo, em que pese que, para que o Protocolo de Quioto entre em vigor, é preciso que seja ratificado por pelo menos 55 países — entre eles, os países desenvolvidos responsáveis por 55% das emissões de poluentes atmosféricos — o que ainda não ocorreu. Seguiu-se a ele o Global Compact, em 2000, a primeira proposta vinda da ONU tratando do tema responsabilidade social corporativa, iniciativa pessoal do próprio secretário-geral, Kofi Annan.

Em 1998, empresas brasileiras de diversos portes e setores de atividade uniram-se para fundar o Instituto Ethos, organização sem fins lucrativos que tem como missão mobilizar, sensibilizar e ajudar empresas a gerirem seus negócios de forma socialmente responsável. O Instituto Ethos dissemina a prática da responsabilidade social por meio de atividades de intercâmbio de experiências, publicações, programas e eventos voltados para seus associados e para a comunidade de negócios em geral.

Com o objetivo de fortalecer o movimento pela responsabilidade social empresarial no Brasil, em 2000 o Instituto concebeu, com o auxílio de outras organizações, os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social, uma ferramenta de aprendizado e avaliação da gestão no que se refere à incorporação de práticas de responsabilidade social empresarial ao planejamento estratégico e ao monitoramento do desempenho geral da empresa— um sistema de avaliação do estágio em que se encontram as práticas de cada empresa associada. Os Indicadores propiciaram a criação de um compromisso mais forte das empresas atuantes no Brasil com a responsabilidade social.

A virada do milênio deu origem a outra iniciativa importante: as Metas do Milênio. Estabelecidas durante a Cúpula do Milênio, em Nova York, em 2000, esta foi considerada a maior reunião de dirigentes mundiais de todos os tempos, contando com a participação de 147 chefes de Estado e de governo e de representantes de 189 países.

Dois anos depois, começou a ser divulgada a Carta da Terra, que recebeu a aprovação das Nações Unidas, movimento que pretende ser um código ético planetário, que norteie pessoas, organizações e Estados. No que se refere ao meio empresarial, a Carta da Terra reivindica a promoção do desenvolvimento social e de sistemas financeiros que criem e mantenham meios sustentáveis de subsistência, erradiquem a pobreza e fortaleçam as comunidades locais.

Mais recentemente temos o trabalho da ISO para criar a sua terceira geração de normas, dessa vez a de responsabilidade social empresarial, uma norma de diretrizes programada para ser lançada dentro de alguns anos. No Brasil este trabalho já se antecipou com o lançamento pela ABNT de sua Norma ABNT NBR 16001 — Responsabilidade Social — Sistema de Gestão — Requisitos e responsabilidade social. As duas iniciativas fazem parte do conjunto de referências desta publicação.

O grande desafio atual é fazer com que essas iniciativas locais e globais possam convergir, de maneira a serem claras e aplicáveis ao meio empresarial, seja na forma de princípios ou de padrões. Uma tentativa, nesse sentido, foi o Projeto Sigma, lançado em 1999, que pretende ser um guia prático para as organizações aplicarem as ferramentas que levarão ao desenvolvimento sustentável. Ainda há muito o que ser feito nesse campo, porém, alguns passos importantes já foram dados: mobilizar o planeta em torno do tema, colher sugestões e iniciar uma convergência entre as diversas visões e instrumentos.





Um percurso pelas Ferramentas



Adotada pela ONU em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos é um dos mais importantes documentos já escritos. Trata-se da primeira proclamação internacional dos direitos básicos dos indivíduos no que se refere a direitos políticos, econômicos e sociais. Ela retoma os ideais da Revolução Francesa de igualdade, liberdade e fraternidade, porém, num âmbito universal. Aceita e respeitada internacionalmente, a declaração foi usada como base para a elaboração de muitas constituições ao redor do mundo e é considerada uma referência fundamental para qualquer outra certificação ou iniciativa.

Atualmente, um dos grandes desafios é a tradução dos princípios da declaração para o ambiente das empresas, que freqüentemente acatam a observância dos direitos sociais e econômicos, mas têm mais dificuldade para assimilar direitos civis e políticos.



É um documento de 40 capítulos que apresenta um programa de ação, baseado num processo de planejamento participativo de análise da situação atual de um país, Estado, município e/ou região, e planejamento do futuro de forma

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Escrita sob o impacto das atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial, a declaração foi adotada de forma unânime pelos 48 membros das Nações Unidas à época, porém com abstenção de voto de alguns países comunistas, como União Soviética e Polônia, que discordavam de alguns posicionamentos da iniciativa. Em 1993, 171 países reforçaram o apoio ao documento por meio da Declaração de Viena, durante a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, realizada na capital austríaca.

Os documentos derivados da Declaração Universal dos Direitos Humanos são igualmente importantes, como a Declaração dos Direitos da Criança (1959) e a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher (1993).

Link:

www.onu-brasil.org.br

Agenda 21

sustentável. É considerada a mais ousada e abrangente tentativa de promover um novo padrão de desenvolvimento no planeta, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

A Agenda 21 foi criada a partir da contribuição de governos e de instituições da sociedade civil de 179

países, num processo preparatório que durou dois anos, e culminou com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro – também conhecida como Rio – 92. De todo esse processo, resultaram, além da Agenda 21, quatro acordos:

- *Declaração do Rio* – contém 27 princípios voltados para a proteção ambiental e para o desenvolvimento sustentável. Embora seja dirigida às nações, a Declaração do Rio estabelece a necessidade de uma parceria global entre governos, sociedade civil organizada e setores produtivos. Define dois princípios fundamentais, ainda não totalmente aceitos: o princípio do pagamento pela produção de poluição – base do Protocolo de Quioto – e o princípio da precaução, que fornece garantia contra riscos potenciais que ainda não podem ser identificados pela ciência.
- *Declaração de Princípios sobre o Uso das Florestas* – documento que incorpora o conceito de soberania dos países sobre seus recursos naturais (inclusive os florestais) e o conceito do direito dos países manejarem seus recursos florestais de acordo com seus objetivos e políticas.
- *Convênio sobre a Diversidade Biológica* – primeiro acordo global que trata da

conservação e do uso sustentável da diversidade biológica do planeta.

- *Convenção sobre Mudanças Climáticas* – documento que destaca o compromisso para a estabilização de concentrações atmosféricas seguras de gases que causam efeito estufa. A principal meta desta convenção era a redução de emissões de dióxido de carbono até o ano 2000 aos níveis de 1990.

Ao contrário da Conferência de Estocolmo, de 1972, que tratou apenas do tema da preservação ambiental, a Conferência do Rio foi marcada pela preocupação com o desenvolvimento sustentável. Por isso, a Agenda 21 não é uma agenda ambiental, mas uma agenda de desenvolvimento sustentável.

O meio ambiente continua no centro das discussões, mas a Agenda 21 também considera aspectos estratégicos ligados à geração de emprego e de renda; à diminuição das disparidades regionais e interpessoais de renda; às mudanças nos padrões de produção e consumo; à construção de cidades sustentáveis; à adoção de novos modelos e instrumentos de gestão.

Link:
www.mma.gov.br



Carta da Terra

A Carta da Terra é um código de normas éticas e morais, com orientações e metas práticas para que a humanidade avance no processo de criar um mundo baseado no desenvolvimento sustentável.

Aprovada pelas Nações Unidas em 2002, a Carta da Terra pretende revestir-se da mesma abrangência da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no que se refere à sustentabilidade, à equidade e à justiça. A visão ética inclusiva do documento reconhece que a proteção ambiental, os direitos humanos, a paz e o desenvolvimento humano equitativo não podem ser separados.

Compõem-se de quatro grandes temas:

- 1) Respeitar e Cuidar da Comunidade da Vida;
- 2) Integridade Ecológica;
- 3) Justiça Social e Econômica; e
- 4) Democracia, Não-Violência e Paz – subdivididos em 16 princípios e 60 ações afirmativas.

A idéia da Carta surgiu em 1987, por sugestão da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio - 92, o tema integrou a pauta de discussões, e formou-se uma secretaria internacional incumbida de dar prosseguimento ao projeto.

A partir de 2000, a Iniciativa Internacional da Carta da Terra começou a atuar para divulgar a Carta e transformá-la em um código ético de aplicação

universal, que inspire pessoas, organizações e Estados. No que se refere ao meio empresarial, a Carta da Terra prega a promoção do desenvolvimento social e reivindica sistemas financeiros que "criem e mantenham meios sustentáveis de subsistência, erradiquem a pobreza e fortaleçam as comunidades locais".

A Iniciativa Internacional da Carta da Terra lembra que, em todos os países, as companhias sofrem pressão crescente por parte dos acionistas para que sejam transparentes sobre seus valores e princípios e deixem claro o que estão fazendo para atingir o desenvolvimento sustentável. Assim, propõe que os princípios da Carta sejam utilizados para revisar operações e modificar atividades.

Link:

www.earthcharter.org



Metas do Milênio

As Metas de Desenvolvimento do Milênio são um conjunto de 18 objetivos vinculados a 8 metas, que devem ser alcançados pelos países signatários da Declaração do Milênio (incluindo o Brasil), até o ano de 2015, para que se estabeleça um patamar mínimo de condições necessárias para o desenvolvimento sustentável global. São elas:

Meta 1: Erradicar a extrema pobreza e a fome.

Meta 2: Atingir o ensino básico universal.

Meta 3: Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.

Meta 4: Reduzir a mortalidade infantil.

Meta 5: Melhorar a saúde materna.

Meta 6: Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças.

Meta 7: Garantir a sustentabilidade ambiental.

Meta 8: Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

As Metas do Milênio foram estabelecidas durante a Cúpula do Milênio, considerada a maior reunião de dirigentes mundiais de todos os tempos, realizada entre 6 e 8 de setembro de 2000, em Nova York, que contou com a participação de 147 chefes de Estado e de Governo e de 191 países.

O cumprimento dos objetivos são quantificados por 48 indicadores, mas os primeiros relatórios internacionais, como o Relatório de Desenvolvimento Humano, divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), dão conta da dificuldade de os países atingirem as metas acordadas.

Link:

www.undp.org.br



O Projeto Sigma traz um conjunto de princípios para as empresas que buscam a sustentabilidade. Lançado em 1999, ele é resultado de uma parceria entre Forum for the Future, AccountAbility e British Standards Institution (BSI). O documento foi amplamente revisado em 2003 e é composto de três partes: um guia de princípios, um conjunto de princípios de gerenciamento para implementar a sustentabilidade nas atividades principais da companhia e um guia de ferramentas.

Projeto Sigma

Integração é a palavra-chave no Projeto Sigma. Ele reúne temas sociais, ambientais e econômicos, ao mesmo tempo em que incentiva as empresas a integrar essas áreas dentro da organização. O Sigma é a síntese de vários modelos e instrumentos no campo da responsabilidade social empresarial. O Sigma pode ser usado sozinho ou em conjunto com outras iniciativas e permite às organizações definirem seu próprio processo de acordo com suas necessidades.

Link:
www.projectsigma.com



Iniciativa pioneira na proposta de incorporação de indicadores de sustentabilidade nos relatórios de atividades empresariais, a Global Reporting Initiative (GRI) fornece diretrizes para as empresas que desejam apresentar um balanço econômico, social e ambiental. Sua missão é elevar a qualidade dos relatórios a um nível passível de comparação, consistência e utilidade. Conta com a participação ativa de representantes da área de negócios, contabilidade, investimentos, meio-ambiente, direitos humanos, pesquisas e organizações trabalhistas de vários lugares do mundo.

Ter o apoio de companhias e organizações não-governamentais ao redor do mundo é um dos pontos fortes dessa iniciativa, o que foi conseguido principalmente pela inclusão de diversos grupos interessados no processo. A GRI encoraja as empresas a estabelecer metas e a reportar se esses

Diretrizes do GRI

objetivos foram ou não atingidos. Em caso negativo, a empresa precisa se explicar, o que a torna mais comprometida com o processo e com as partes interessadas, que cobrarão resultados.

Embora a idéia seja de fazer com que as Diretrizes do GRI possam ser aplicáveis em qualquer tipo de organização, o desenvolvimento inicial esteve focado nas empresas de negócios. O próprio GRI reconhece que empresas de menor porte enfrentem alguma dificuldade de se engajar e, por isso, incentiva que elas comecem aos poucos a fazer seus relatórios com base nos seus princípios.

O GRI é uma ferramenta valiosa que serve para a avaliação interna sobre a consistência entre a política de sustentabilidade corporativa e sua efetiva realização. O GRI não prevê a verificação externa, o que tem sido cada vez mais importante para garantir a credibilidade de um relatório. Esse é, portanto, um desafio que a iniciativa terá de vencer.

Os princípios do GRI foram desenvolvidos tendo-se em vista o longo prazo e a disposição da empresa

em continuar evoluindo com base em novos conhecimentos e aprendizado. Muitos deles se assemelham àqueles usados em relatórios financeiros, o que facilita o entendimento das partes interessadas e sua utilização para o campo social e ambiental.

Embora nem todas as organizações possam atingir as metas estabelecidas no curto prazo, elas devem reportar o processo de implementação dos princípios e identificar as melhorias alcançadas nos diversos aspectos.



O Pacto Global nasceu de uma iniciativa do secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, durante o Fórum Econômico Mundial de 1999, para que o mundo empresarial se unisse com o objetivo de "dar uma face humana à globalização". Este desafio foi lançado oficialmente no dia 26 de julho de 2000. Sua meta é bastante ambiciosa: tornar a economia mundial mais sustentável e possibilitar a inclusão social.

Os dez princípios do Pacto Global derivam da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Declaração de Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e da Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento.

Direitos Humanos

Princípio 1: As empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos internacionalmente proclamados.

Princípio 2: As empresas devem certificar-se de que não são cúmplices em abusos de direitos humanos.

Direitos do Trabalho

Princípio 3: As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o efetivo

Os princípios da GRI, em número de 11, estipulam condutas na sua elaboração que observem critérios de transparência, prestação de contas, exatidão e outras virtudes da boa informação, bem como sua organização segundo as três dimensões consagradas da sustentabilidade: econômica, ambiental e social.

Link:

www.globalreporting.org

Pacto Global

reconhecimento do direito à negociação coletiva.

Princípio 4: As empresas devem apoiar a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório.

Princípio 5: As empresas devem apoiar a efetiva erradicação do trabalho infantil.

Princípio 6: As empresas devem apoiar a eliminação de discriminação relativa ao emprego e à ocupação.

Proteção Ambiental

Princípio 7: As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais.

Princípio 8: As empresas devem desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental.

Princípio 9: As empresas devem incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.

Contra a Corrupção

Princípio 10: As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

Por ser uma iniciativa de um órgão respeitado e influente, o Pacto Global deu origem a vários projetos sociais, parcerias e alianças. Sua maior

contribuição foi a de levar o conceito de responsabilidade social corporativa a países que ainda não tinham despertado para essa nova forma de conduzir os negócios.

Esta iniciativa conta com duas ferramentas de gestão que podem ser utilizadas pelas empresas:

Raising the Bar

O Global Compact em cooperação com o World Business Council on Sustainable Development (WBCSD); Business Social Responsibility (BSR); The International Labour Organization (ILO) e Pfizer lançaram a ferramenta Raising the Bar – Creating Value with the United Nations Global Compact”.

A ferramenta demonstra como os princípios do Pacto Global podem ser inseridos na gestão da empresa oferecendo uma série de orientações e informações correlatas. Demonstra também que uma boa performance social e ambiental é, acima

de tudo, uma questão de compromisso com a transformação, o que requer esforços para que resultem em claras recompensas à gestão da empresa.

Link: www.unglobalcompact.org

Indicadores Ethos Aplicados aos Princípios do Pacto Global

Os Indicadores Ethos Aplicados aos Princípios do Pacto Global foram desenvolvidos como um instrumento de autodiagnóstico em relação aos dez princípios do Pacto Global. Esta ferramenta deve ser utilizada como complemento aos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial. Juntos eles propiciam condições para um diagnóstico capaz de gerar ações relevantes para pessoas, empresas e sociedade.

Link: www.ethos.org.br



Estes princípios foram escritos em resposta a um pedido feito na Assembléia de Conselheiros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), em abril de 1998: desenvolver, em conjunto com governos locais, iniciativa privada e organizações internacionais renomadas, diretrizes e bases de governança corporativa. Aprovado em 1999, o documento tornou-se uma referência em países-membros e não-membros da OCDE.

Mais do que isso, eles formam a base da governança corporativa do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), além de terem sido adotados como parte dos Doze Padrões-Chave para Sistemas Financeiros Sólidos do Fórum

Princípios de Governança Corporativa da OCDE

de Estabilidade Econômica. Isso significa que eles são aceitos internacionalmente como o requisito mínimo para as boas práticas de governança e auxiliam na hora de verificar pagamentos, tomar decisões, assim como acompanhar e supervisionar a situação financeira de nações.

Os princípios da OCDE levam em conta os seguintes temas:

- os direitos dos acionistas
- o tratamento igualitário entre acionistas
- o papel das demais partes interessadas
- a abertura e a transparência
- a responsabilidade do Conselho de Administração

Tais princípios foram formulados de modo a serem claros e tornarem-se um ponto de referência para a implementação da governança corporativa. Seguem

a forma de princípios inspirativos e atitudes a serem evitadas. Por terem sido definidos após uma longa consulta entre as partes interessadas, ganharam apoio mundial.

A recente revisão dos princípios, cujo documento foi publicado em 2004, apoiou-se em uma pesquisa abrangente de como os países membros conseguiram resolver os desafios de sua implementação. O G8¹ e o G22² solicitaram à OCDE e ao Banco Mundial para promoverem a

governança corporativa nos mercados emergentes. Em resposta, os organismos citados fizeram mesas-redondas para discutir os padrões que deveriam ser prioritários em cada região. Agora, cada país deverá desenhar, implementar e reforçar políticas para incrementar a governança corporativa. Caberá à OCDE monitorar o processo e comparar as experiências.

Link:
www.oecd.org

¹O Grupo dos Oito (G8) é o fórum dos oito países mais industrializados, que tem como objetivo coordenar a política econômica e monetária mundial. O grupo surgiu em 1975, quando líderes da Alemanha, França, Estados Unidos, Japão, Reino Unido e Itália se reuniram para discutir a crise do petróleo. No ano seguinte o Canadá é admitido ao grupo, dando origem ao G7. A Federação Russa começou a fazer parte em 1998.

²O Grupo dos Vinte e Dois (G22) é o fórum dos 22 países em desenvolvimento, entre eles Brasil, México, China, África do Sul e Índia, oficializado na reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), em setembro de 2003, em Cancún (México), com o objetivo de defender os interesses agrícolas dos países-membros e combater os subsídios ao setor praticados pelos países desenvolvidos.



A década de 80 foi marcada por muitas discussões ambientais fragmentadas e por uma postura de confronto entre as partes: os “militantes verdes” radicais de um lado e os líderes empresariais e políticos de outro. As consequências ambientais dos atos humanos começavam a ser percebidas e mais amplamente discutidas — fato que ficou explícito com o vazamento da usina nuclear de Chernobyl, na antiga União Soviética, em 1986 — mas não se conseguia chegar a soluções consensuais sobre os temas em discussão.

Karl-Henrik Robèrt, o líder desta iniciativa, observava esses movimentos com indignação. Ele chegou à conclusão de que o ideal seria mobilizar primeiro a comunidade científica, para que ela expusesse fatos concretos, num documento compacto e de linguagem acessível para sensibilizar a população. Escreveu um manifesto, discutiu-o com diversos cientistas e lançou o *The Natural Step*, em 1989.

Seus quatro princípios de sustentabilidade foram desenvolvidos por cientistas, que também definiram um objetivo final e uma sugestão de como alcançá-lo.

The Natural Step

Condição Sistêmica 1: Na sociedade sustentável, a natureza não está sujeita a concentrações sistematicamente crescentes de substâncias extraídas da crosta terrestre, ou seja, os materiais extraídos devem ser controlados para que as concentrações de metais, minerais e fumaça de combustíveis fósseis não se acumulem, provocando danos à saúde e aos ecossistemas.

Objetivo: eliminar nossa contribuição para os aumentos sistemáticos de concentrações de substâncias na crosta terrestre.

Condição Sistêmica 2: Na sociedade sustentável, a natureza não está sujeita a concentrações sistematicamente crescentes de substâncias produzidas pela sociedade. Quando o homem produz substâncias químicas, remédios, plásticos, entre outros, precisa fazê-lo de uma maneira e em quantidades que não interfiram no ciclo natural de decomposição na natureza.

Objetivo: eliminar nossa contribuição para os aumentos sistemáticos nas concentrações de substâncias produzidas pela sociedade.

Condição Sistêmica 3: Na sociedade sustentável, a natureza não está sujeita à degradação sistemática

crescente por meios físicos. Não se deve plantar de maneira que o solo perca seus nutrientes ou espécies sejam extintas, assim como a construção de estradas e construções não deve interferir significativamente no meio-ambiente. É preciso preservar os recursos existentes.

Objetivo: eliminar nossa contribuição para a degradação física sistemática da natureza, o que fazemos com colheitas excessivas, descarte de materiais estranhos ao local e outras formas de modificação.

Condição Sistêmica 4: Na sociedade sustentável, as necessidades humanas são satisfeitas em todo o mundo. Aqui, as pessoas são chamadas a melhorar

as maneiras pelas quais se satisfazem e as empresas são convocadas a atender aos anseios dos clientes usando o mínimo possível de recursos.

Objetivo: contribuir ao máximo para atender às necessidades humanas em nossa sociedade e em todo o mundo e, acima de todas as substituições e medidas tomadas para atingir os três primeiros objetivos, usar todos os recursos de maneira eficaz e razoável, com responsabilidade.

Link:
www.naturalstep.org



Matriz Brasileira de Evidências de Sustentabilidade

Estudo com foco no Brasil

Em fevereiro de 2003 foi publicado o estudo **Criando Valor: O business case para sustentabilidade em mercados emergentes**, versão em português do *Developing Value: The business case for sustainability in emerging markets*, resultado de uma parceria entre o SustainAbility, o International Finance Corporation (IFC) e o Instituto Ethos. Trata-se do primeiro estudo em larga escala a analisar o *business case* para sustentabilidade em mercados emergentes. O estudo tem por objetivo auxiliar as empresas a compreender as oportunidades, riscos e implicações decorrentes de estratégias de sustentabilidade. São destacados exemplos de empresas da África, Ásia, Europa Central, Europa Oriental e América Latina, mostrando de que forma seus esforços em busca da sustentabilidade têm incrementado seu desempenho nos negócios. O sumário deste estudo está disponível para download gratuito no site do Instituto Ethos. Já a íntegra do estudo, está disponível para associados do Ethos, na área restrita do site.

Lançada em junho de 2004, a Matriz Brasileira de Evidências de Sustentabilidade proporciona a oportunidade de se realizar um estudo semelhante com o foco específico no mercado brasileiro. Esse estudo utiliza uma matriz de evidências com a mesma estrutura do original para ilustrar a correlação entre ações sustentáveis e fatores de sucesso nos negócios. Em cada célula da matriz, há evidências da correlação entre dois fatores, como por exemplo: melhoria do processo ambiental x crescimento de receitas e acesso ao mercado. O detalhamento de cada célula traz exemplos de casos de sucesso que comprovam a correlação. Assim, empresas que tiverem desenvolvido alguma ação sustentável e consigam comprovar a correlação desta com um ou mais fatores de sucesso nos negócios, podem apresentar seus casos na matriz. Trata-se, portanto, de uma excelente oportunidade de divulgar as ações sustentáveis desenvolvidas, bem como alavancar os ganhos de negócios que a própria matriz aponta.

Link: www.ethos.org.br



SA 8000

A SA 8000 é um padrão global e passível de verificação criado para tornar os locais de trabalho mais humanos. Trata-se de uma certificação desenvolvida, revisada e atualizada por meio do diálogo com todas as partes interessadas (*stakeholders*): sindicatos, empresas, organizações não-governamentais. A SA 8000 combina elementos-chave das convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) com sistemas de gerenciamento das famílias ISO.

São duas as formas de comprometimento das empresas com as normas. Para o varejo, o compromisso consiste em fazer negócios apenas com fornecedores socialmente responsáveis, que sejam certificados na SA 8000 pelo Social Accountability International (SAI). Já a indústria deve passar por um rigoroso processo que inclui a contratação de um auditor reconhecido para conseguir essa certificação.

Os códigos de conduta da SA 8000 são separados em nove áreas principais:

- trabalho infantil
- trabalho forçado

- saúde e segurança
- liberdade de associação e reivindicações coletivas
- discriminação
- práticas disciplinares
- horas de trabalho
- compensação
- sistemas de gerenciamento

A obrigatoriedade de se criar um sistema de gerenciamento difere a SA 8000 dos demais códigos de conduta e cartas de intenção por assegurar que os temas sociais estejam integrados a todos os aspectos da política empresarial, assim como ao dia-a-dia das operações. A maior vantagem da SA 8000 está no fato de ela ser tanto um padrão de desempenho quanto de processo.

Uma das forças dos padrões de certificação consiste no esforço contínuo, sem o qual pode-se perder a certificação. Por isso, os treinamentos são essenciais, uma vez que eles disseminam os conhecimentos dos padrões entre os funcionários e ensinam gerentes a usar melhor a ferramenta.

Link:
www.cepaa.org



AA 1000

Lançada em 1999, a AA 1000 é uma norma que define as melhores práticas para prestação de contas para assegurar a qualidade da contabilidade, auditoria e relato social ético. Desenhada para auxiliar empresas, acionistas, auditores, consultores e organizações certificadoras, ela pode ser usada

isoladamente ou em conjunto com outros padrões de prestação de contas, como a Global Report Initiative (GRI), e normas padrões como as ISO e SA 8000. A AA 1000 apresenta os principais tópicos ligados à responsabilidade social, os pontos de divergência e de convergência com os demais padrões.

A estrutura da AA 1000 contém processos e princípios para relatórios, prestação de contas e

auditoria. A implementação dos processos da AA 1000 se dá em cinco fases:

- Fase 1 – Planejamento
- Fase 2 – Contabilidade
- Fase 3 – Auditoria e relatório
- Fase 4 – Implementação
- Fase 5 – Engajamento das Partes Interessadas

Uma das mais importantes contribuições da AA 1000 são os processos e definições que dão suporte à prática da responsabilidade social empresarial.

Enfatiza-se a inovação na forma de adotar as regras, permitindo que cada empresa defina seu próprio caminho. Isso confere às companhias maior responsabilidade.

Seguir esse padrão tem sido visto como uma garantia para os sócios e demais partes interessadas de que há consistência nas ações da empresa.

Link:

www.accountability.org.uk



São uma ferramenta de autodiagnóstico para auxiliar as empresas a gerenciar os impactos sociais e ambientais decorrentes de suas atividades. Além de possibilitar a homogeneização dos conceitos de Responsabilidade Social Empresarial, os Indicadores também sugerem parâmetros de políticas e ações que a empresa pode desenvolver para aprofundar seu comprometimento com a RSE.

Desde que foram criados, em 2000, os Indicadores Ethos são atualizados anualmente e têm desempenhado um importante papel ao colocar de maneira clara os aspectos que fazem parte de uma gestão socialmente responsável. Os Indicadores permitem que as empresas façam uma auto-avaliação de seu desempenho em sete temas:

- Valores, Transparência e Governança
- Público Interno
- Meio Ambiente
- Fornecedores
- Consumidores e Clientes
- Comunidade
- Governo e Sociedade

Indicadores Ethos de RSE

Com os Indicadores Ethos, a empresa pode fazer uma avaliação interna sobre alguns aspectos fundamentais de uma gestão socialmente responsável: estabelecimento de compromissos públicos, envolvimento com instituições que representam interesses variados, capacidade de atrair e manter talentos, alto grau de motivação e comprometimento dos colaboradores, capacidade de lidar com situações de conflito, estabelecimento de metas de curto e longo prazo e envolvimento da direção da empresa, entre outros. Por isso, ao responder o questionário, as empresas começam a refletir sobre informações que serão relevantes para um balanço social consistente.

Para permitir uma maior precisão no autodiagnóstico e considerar as oportunidades e desafios típicos de cada setor de atuação, o Instituto Ethos vem lançando indicadores setoriais, complementares aos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial. Até o momento, os setores contemplados foram: Distribuição de Energia Elétrica, Panificação, Bares e Restaurantes, Bancos, Mineração, Papel e Celulose, Transporte de Passageiros Rodoviários, Construção Civil e Petróleo e Gás.

Link:

www.ethos.org.br



É um relatório inspirado no formato dos balanços financeiros. Expõe detalhadamente os números relacionados à responsabilidade social da organização, além de reunir, em forma de planilha, informações sobre folha de pagamento, gastos com encargos sociais de funcionários e participação nos lucros. Também traz, de maneira detalhada, as despesas com controle ambiental e os investimentos sociais externos em áreas como educação, cultura e saúde.

O modelo de balanço social do Ibase foi criado em 1997. O sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, na

Balanço Social Ibase

época presidente do Ibase, lançou uma campanha para incentivar a divulgação voluntária do balanço social, e propôs um modelo simplificado de auto-avaliação das práticas das organizações. O Ibase foi a primeira organização não-governamental a publicar seu próprio balanço.

A grande vantagem desse modelo é a simplicidade de preenchimento do documento. Em contrapartida, apresenta apenas dados coletados no sistema de informações contábeis da empresa.

Atualmente, o modelo de balanço social do Ibase é considerado base para produção de qualquer balanço social – independente do formato final escolhido para o documento.

Link:

www.balancosocial.org.br



É um relato abrangente de princípios e ações da organização. Incorpora o modelo proposto pelo Ibase, mas sugere que as empresas façam um maior detalhamento do contexto em que as decisões são tomadas, dos problemas encontrados e dos resultados obtidos.

Segundo o modelo do Ethos, para que os balanços sociais obtenham a mesma credibilidade dos balanços financeiros, as informações disponibilizadas devem seguir critérios de relevância, veracidade, clareza, comparabilidade, regularidade e possibilidade de verificação.

Foi lançado em 2001, com a publicação do *Guia de Elaboração de Relatório e Balanço Anual de Responsabilidade Social Empresarial*, a partir de estudos de diretrizes para relatórios no Brasil e no

Balanço Social Ethos

exterior. Sua estrutura e conteúdo são baseados nos relatórios sociais propostos pela Global Reporting Initiative (GRI) e pelo Institute of Social and Ethical AccountAbility (ISEA), associados aos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social e ao modelo de balanço social proposto pelo Ibase.

Além de permitir uma visão sistêmica da empresa, esse modelo de balanço social também pode ser utilizado como instrumento de diagnóstico e gestão, uma vez que agrupa informações importantes sobre o papel social da empresa, permitindo acompanhar a evolução e a melhora de seus indicadores. É importante salientar que a publicação de um balanço social oferece uma proposta de diálogo com os diferentes públicos envolvidos no negócio da empresa que o adota: público interno, fornecedores, consumidores/clientes, comunidade, meio ambiente, governo e sociedade.

Link:

www.ethos.org.br



A Escala Akatu de Responsabilidade Social Empresarial oferece às empresas uma forma de análise e de divulgação de suas práticas de responsabilidade social empresarial, tendo como base a percepção dos consumidores brasileiros sobre a atuação das empresas no Brasil.

A Escala Akatu é um passo para que os consumidores possam reconhecer e valorizar as empresas socialmente responsáveis, prestigiando-as com suas decisões de compra e praticando cada vez mais o consumo consciente.

Trata-se de um questionário simples e objetivo, onde as respostas são processadas instantaneamente, e resultam no posicionamento da empresa em uma escala de quatro níveis, oferecendo aos consumidores uma categorização simples e clara das empresas,



As séries ISO 9000 e ISO 14000 estão entre os mais conhecidos padrões internacionais: a primeira, em qualidade total e, a segunda, em proteção ambiental. Os padrões ISO já foram adotados por cerca de 610 mil organizações em 160 países, contribuindo nas áreas de desenvolvimento, produção e suprimento das empresas, com o objetivo de tornar o processo mais eficiente, seguro e limpo.

Eles facilitam as negociações entre países, suprem os governos com bases técnicas para saúde,

Escala Akatu

conforme o grau de atividade nas diversas áreas em que hoje se efetiva a RSE.

As respostas se tornam visíveis ao público somente após uma autorização expressa da empresa, garantida pela estrutura de segurança do sistema. O processo de resposta ao questionário – todo via Internet – permite a colaboração de vários departamentos e a verificação dos resultados internamente, antes de sua publicação.

A Escala Akatu é parte integrante de um portal online do Instituto Akatu, o “Centro de Referência Akatu pelo Consumo Consciente”. Esta é uma realização do Akatu, com a colaboração do Instituto Ethos e o apoio de diversos profissionais e instituições, que se uniram no esforço de desenvolver um instrumento capaz de auxiliar o consumidor a compreender o papel das empresas na construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Link: www.centroakatu.org.br

Padrões ISO

segurança e legislação ambiental e auxiliam na transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento. Podem ser adotados tanto no setor privado quanto no público, ou em órgãos governamentais.

A certificadora ISO, abreviação de International Organization for Standardization, é uma organização não-governamental, que serve como ponte para obter soluções que venham ao encontro das necessidades tanto das empresas quanto da sociedade. Dessa forma, são positivas não apenas para engenheiros e industriais, solucionando problemas de produção e distribuição, mas garantindo aos consumidores e usuários produtos e serviços de qualidade.

A organização funciona com uma rede de institutos de padronização de 148 países, sendo que cada país tem um instituto eleito para representá-la. No Brasil, a instituição é representada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O escritório central, responsável por coordenar o sistema, funciona em Genebra, na Suíça.

ISO 9000:2000

A revisão dos critérios para obtenção da certificação da família ISO 9000 foi publicada em 15 de dezembro de 2000, dando origem à ISO 9000:2000, que continua orientando o gerenciamento de qualidade nas esferas do consumidor e da produção, estabelecendo as regras específicas para a fabricação de cada produto. Esse padrão auxilia as organizações de todos os tamanhos e tipos a implementar e operar um sistema de gerenciamento de qualidade (Quality Management System – QMS) eficiente.

ISO 14000

Lançada em 1993, sua preocupação primordial é o gerenciamento ambiental, ou seja, o que a empresa faz para minimizar os efeitos nocivos ao meio-ambiente causados por suas atividades e para continuar melhorando sua performance ambiental. É uma família de padrões para criar um sistema de gerenciamento ambiental, conhecido como Environmental Management System (EMS).

O EMS da ISO 14001 dá diretrizes para que as organizações e seus funcionários aprendam a prevenir danos ao meio ambiente. A crítica é quanto à falta de critério de performance. Ou seja, uma empresa pode implementar um EMS excelente e, ao mesmo tempo, continuar causando sérios problemas ambientais. A certificação não foca na sustentabilidade.

Ganha pontos, porém, por ter atingido uma massa crítica de companhias ao redor do mundo – foi

implementada por cerca de 37 mil organizações, em 112 países, desde que foi publicada, no final de 2001. Assim, empresas certificadas podem exigir que seus fornecedores também o sejam, o que facilita a expansão maior do conceito. É positivo o fato de atuar como facilitador para obtenção de outros padrões dentro da família ISO ou fora dela, como na implementação da SA 8000. A ISO 14001 está cada vez mais compatível também com o Eco-Management and Audit Scheme (EMAS)³, da União Européia.

Nem todos os temas relativos a meio ambiente estão sendo tratados por este padrão. Recentemente, foram incluídos itens de relato e verificação de emissão de gases que afetam a camada de ozônio, por exemplo. E está em estudo a ISO 14063, com diretrizes para a comunicação ambiental, de modo a se constituir uma ligação da empresa com as partes interessadas (*stakeholders*).

Para estar em conformidade com o padrão ISO 14001, as companhias devem desenvolver:

- uma política ambiental
- uma avaliação dos aspectos ambientais
- uma avaliação das obrigações legais e voluntárias
- um sistema de gerenciamento, uma série de auditorias internas periódicas e relatórios para a alta gerência

ISO de Responsabilidade Social – ISO 26000

Em junho de 2004, a ISO realizou em Estocolmo uma Conferência Internacional que culminou na decisão de criar uma terceira geração de normas – a de responsabilidade social. O Comitê Técnico da ISO decidiu elaborar uma norma de responsabilidade social, que será de diretrizes, sem propósito de certificação. Foi formado, então, um Grupo de Trabalho, coordenado pelo Brasil, representado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em conjunto com a Suécia, representada pelo

³ É uma ferramenta para que companhias e outras organizações possam avaliar, relatar e melhorar sua performance ambiental. O EMAS está aberto à participação desde 1995 e, originalmente, restringia-se às indústrias.

Swedish Standard Institute (SIS), que será responsável pela condução dos trabalhos nessa área. Esse grupo terá três anos para finalizar a norma, que deverá estar disponível em 2008.

Site oficial do Grupo de Trabalho de Responsabilidade Social da ISO:

www.iso.org/sr

Link: www.iso.org



Norma ABNT NBR 16001 – Responsabilidade Social – Sistema de Gestão – Requisitos

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), como representante oficial da ISO no Brasil, estabeleceu em dezembro de 2002 um Grupo Tarefa sobre Responsabilidade Social para o desenvolvimento de uma Norma Brasileira de Requisitos em Sistema de Gestão de Responsabilidade Social. O Grupo teve mais de 140 participantes cadastrados em suas discussões e elaborações, das mais diversas partes interessadas. A Norma ABNT NBR 16001 – Responsabilidade

Social – Sistema de Gestão – Requisitos foi lançada em dezembro de 2004. A norma tem por objetivo prover às organizações os elementos de um sistema de gestão da responsabilidade social, auxiliando-as a alcançar seus objetivos relacionados aos aspectos da responsabilidade social.

A NBR 16001 pode ser adquirida pelo site da ABNT.

Link:

www.abnt.org.br



Critérios de Excelência do PNQ/Sociedade

Sociedade é um dos oitos Critérios de Excelência do Prêmio Nacional de Qualidade (PNQ), que constituem um modelo sistêmico de gestão adotado pelas empresas, para garantir que tenham as técnicas mais atualizadas e bem-sucedidas de administração. O critério citado examina se a organização interage com a sociedade de maneira ética e transparente, como faz isso e se contribui para o desenvolvimento

econômico, social e ambiental de forma sustentável. Os demais critérios referem-se à Liderança, Estratégias e Planos, Clientes, Informações e Conhecimento, Pessoas, Processos e Resultados.

Os Critérios de Excelência do PNQ podem ser adotados indiscriminadamente por todo e qualquer tipo de organização – pública ou privada, com ou sem fins lucrativos –, independentemente do setor de atividade econômica.

Link www.fpnq.org.br



O Forest Stewardship Council (FSC) é uma organização não-governamental que contempla as necessidades de certificadores, comerciantes de madeira, de organismos de defesa do meio ambiente, de tribos indígenas e de certificadores. O movimento nasceu a partir das preocupações levantadas na Rio-92 sobre o aumento indiscriminado do uso dos recursos naturais.

Para manter o diálogo sobre o uso sustentável das florestas, a iniciativa estabeleceu princípios, critérios

Princípios do FSC

e padrões que envolvem preocupações econômicas, sociais e ambientais. Os padrões do FSC, hoje amplamente disseminados, representam o mais forte sistema mundial para o manejo de florestas em direção à sustentabilidade. São dez princípios e 57 critérios que remetem a questões legais, direitos indígenas, direitos trabalhistas, benefícios múltiplos e impactos ambientais levando-se em conta o gerenciamento florestal.

Link:

www.fsc.org

http://compradores.amazonia.org.br/guia/detalhes.cfm?id=155257&tipo=6&cat_id=34&subcat_id=426



A OHSAS 18001 é uma norma para sistemas de gestão da Segurança e da Saúde no Trabalho (SST). A certificação por essa norma garante o compromisso da empresa com a redução dos riscos ambientais e com a melhora contínua de seu desempenho em saúde ocupacional e segurança de seus colaboradores.

A OHSAS 18001, cuja sigla significa Occupational Health and Safety Assessment Series – entrou em vigor em 1999, após estudos de um grupo de organismos certificadores e de entidades de normalização da Irlanda, Austrália, África do Sul, Espanha e Malásia. A criação dessa norma levou em conta algumas normas nacionais já existentes, como a BS8800, na Inglaterra.

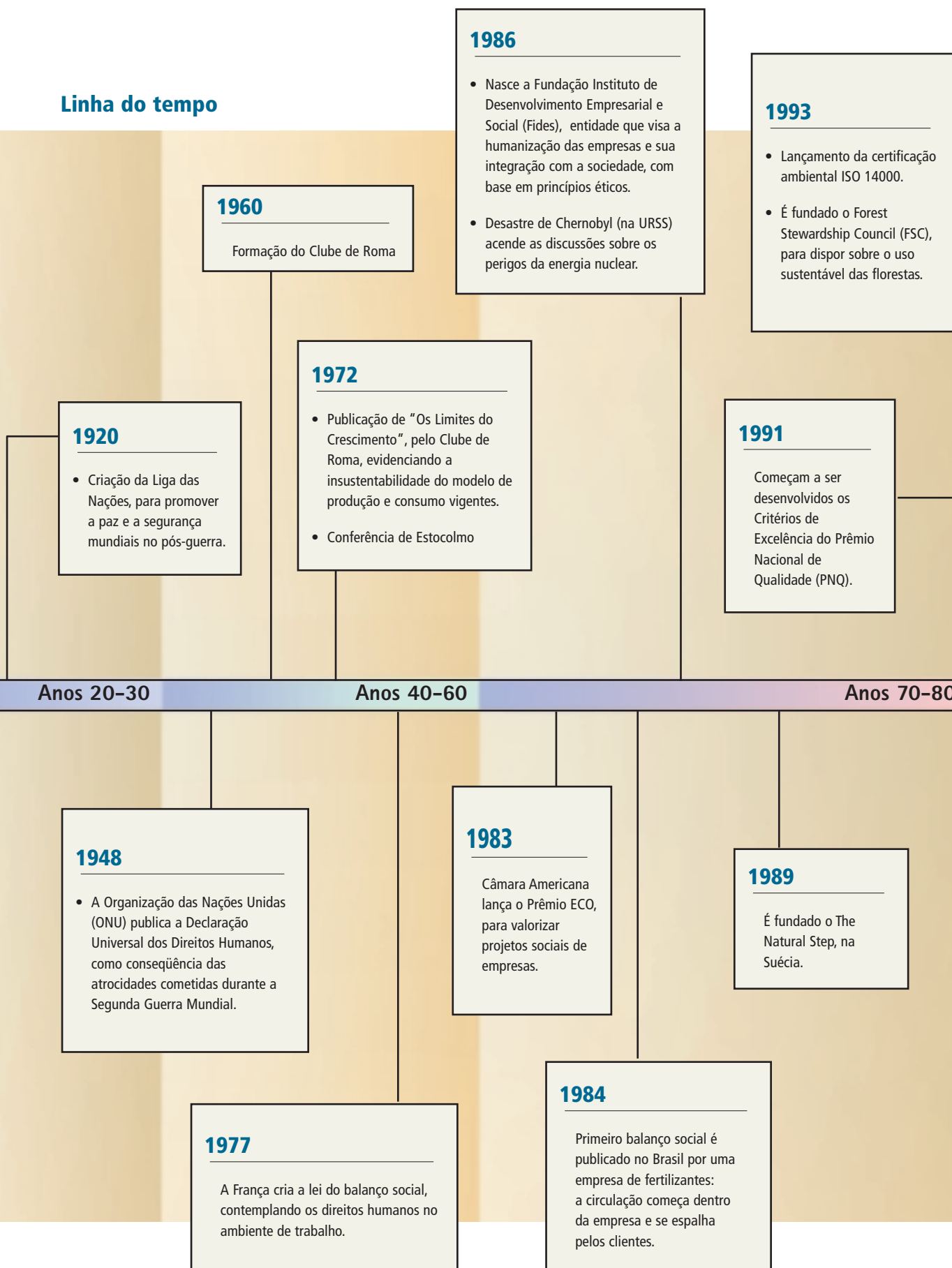
OHSAS 18001

A norma se baseia no conceito de que a companhia deve periodicamente analisar e avaliar seu sistema de gestão da segurança e saúde no trabalho, de maneira a sempre identificar melhoras e implementar as ações necessárias. Por isso, ela não estabelece requisitos absolutos para o desempenho da SST – mas exige que a empresa atenda integralmente à legislação e regulamentos aplicáveis e se comprometa com o aperfeiçoamento contínuo dos processos. Por não estabelecer padrões rígidos, duas organizações que desenvolvam atividades similares, mas que apresentem níveis diferentes de desempenho da SST, podem, simultaneamente, atender aos requisitos da norma.

Link:

www.osha-bs8800-ohsas-18001-health-and-safety.com

Linha do tempo



Fontes:

Projeto Sigma - www.sigmaproject.com
LEIPZIGER, D. (2003) *The Corporate Responsibility – Code Book*. Londres, Greenleaf Publishing Limited.

1999

- Kofi Annan lança as bases para o Pacto Global trata-se da primeira proposta vinda da ONU tratando do tema responsabilidade social empresarial.
- Entra em vigor a Occupational Health and Safety Assessment Series (OHSAS 180001)
- Aprovados os Princípios de Governança Corporativa da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).
- Lançada a AA 1000, norma para prestação de contas para assegurar a qualidade da contabilidade, auditoria e relato social ético.
- Nasce o Projeto Sigma, com o objetivo de reunir as diferentes ferramentas num único guia orientativo para as empresas.

2005

É vigorado oficialmente o Protocolo Quioto. Ao todo, 141 países aderiram ao Protocolo.

1997

- Surge a Global Reporting Initiative (GRI), para relatar as atividades sustentáveis das companhias.
- Desenvolvido o modelo de balanço social do Ibase.
- É formalizado o Protocolo de Quioto, em Conferência das Nações Unidas na Japão.

2002

As Nações Unidas aprovam a Carta da Terra, que pretende ter a abrangência da Declaração dos Direitos Humanos.

2001

Lançado modelo do balanço social do Instituto Ethos.

Anos 90

A partir de 2000

1996

- Criação da British Standards (BS 8800), para certificar a gestão da segurança e da saúde no trabalho.

1998

- Início da aplicação da SA 8000.
- Criação do Instituto Ethos, dedicado à promoção da RSE.

1992

- Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro – criação da Agenda 21.
- O Clube de Roma publica “Além dos Limites”, um relatório que apresenta de modo contundente os prejuízos provocados pelo homem no meio ambiente e a incapacidade da natureza de se regenerar na mesma velocidade da degradação.

2000

- Criação dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial.
- Lançamento das Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade, documento revisado e atualizado em setembro daquele mesmo ano, durante o Encontro Mundial para o Desenvolvimento Sustentável.
- Lançamento oficial do Pacto Global.
- Cúpula do Milênio, considerada a maior reunião de dirigentes mundiais de todos os tempos, de onde saíram as Metas do Milênio.
- Origem da série ISO 9000:2000.
- Publicação dos Indicadores Calvert-Henderson, que medem a qualidade de vida de um país.

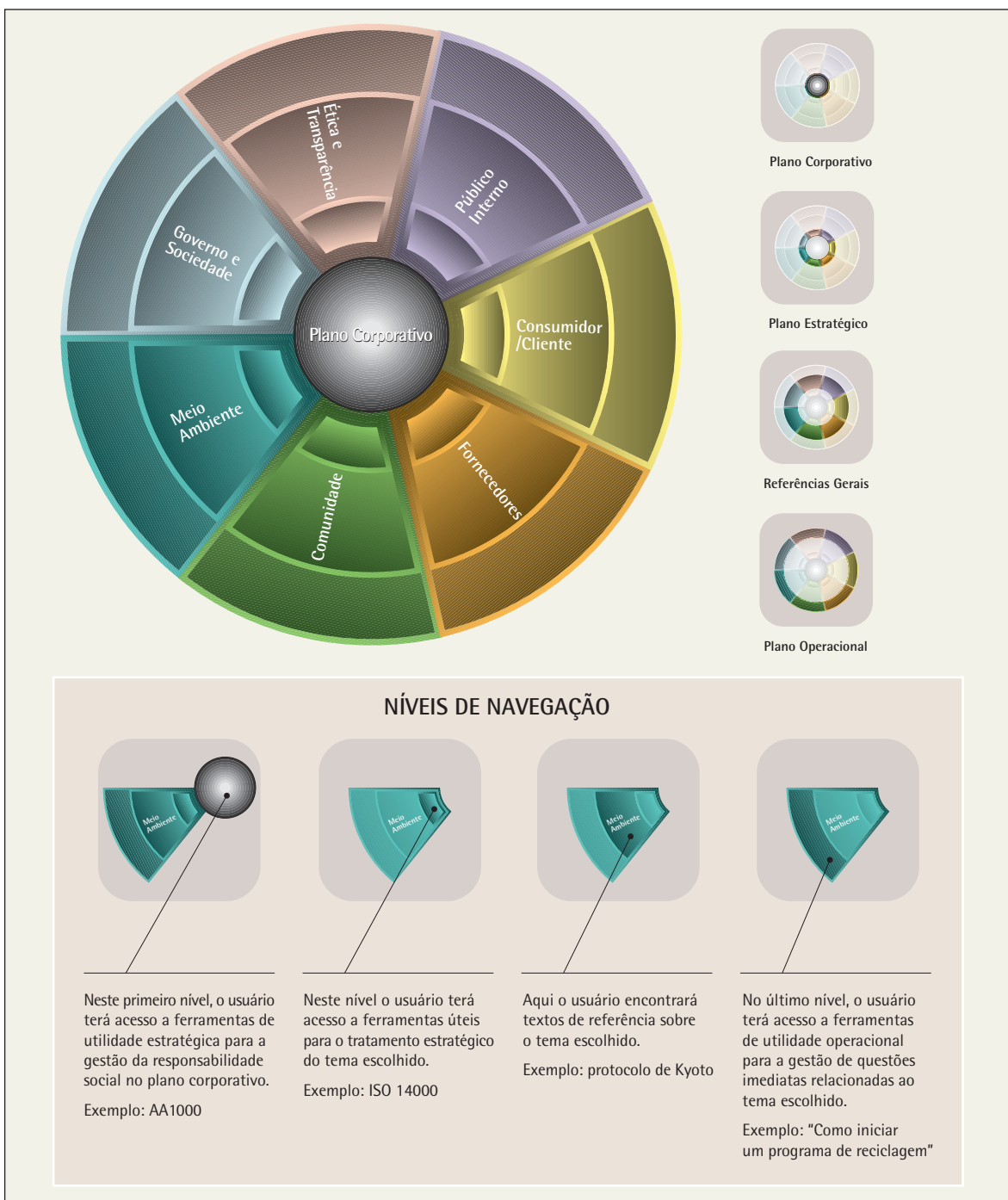
2004

- Em junho a ISO realiza em Estocolmo uma Conferência Internacional que culmina na decisão de criar a norma de responsabilidade social. O Grupo de Trabalho inicia as ações e terá três anos para finalizar a norma, que deverá estar disponível em 2008.
- Em dezembro é lançada a Norma ABNT NBR 16001 – Responsabilidade Social – Sistema de Gestão – Requisitos.

Localizador de Ferramentas

Por meio do Localizador de Ferramentas, o gestor interessado em responsabilidade social das empresas tem acesso a uma infinidade de ferramentas e referências elaboradas pelos principais centros de informações sobre o tema. Esse recurso apresenta um menu de navegação organizado pelos temas Valores e Transparência, Público Interno, Meio Ambiente, Fornecedores, Consumidores e Clientes, Comunidade e Governo e Sociedade, categorizados de acordo com sua relação com os processos de planejamento, sejam estratégicos ou operacionais.

A seguir, a representação gráfica do Localizador de Ferramentas que você encontra no site www.ethos.org.br.



Realização



Patrocínio



Apoio

